



Revista de Ocio y Turismo (ROTUR)

Vol. 13(2) (2019) pp. 57-67. ISSN-1888-6884

DOI: <https://doi.org/10.17979/rotur.2019.13.2.5446>

© UDC

Políticas Públicas de Turismo e de Cultura no Brasil: uma análise comparada de planos das esferas nacional, estadual e municipal

Tourism and Culture Policies in Brazil: a comparative analysis of national, state and municipal plans

Mariana Tomson de Abreu
Universidade Federal do Paraná
marianatomson@hotmail.com

Bruno Martins Augusto Gomes
Universidade Federal do Paraná
gomesbma@ufpr.br

Nadia Giannini
Universidade Federal do Paraná
nnagiannini@gmail.com

Silvana do Rocio de Souza
Universidade Federal do Paraná
silvanasouza.tur@gmail.com

Recibido/Received: 27-06-2019
Aceptado/Accepted: 01-07-2019

RESUMEN:

O objetivo da pesquisa foi analisar a interação entre as políticas de turismo e de cultura por meio de uma pesquisa documental no Brasil dos Planos Nacionais de Cultura (2010-2020) e Turismo (2018-2022), os Planos de Cultura (2017-2027) e Turismo (2016-2026) do Estado do Paraná e os Planos Municipais de Cultura (2015-2025) e Turismo (2015-2017) da cidade de Curitiba. Os resultados demonstraram que os planos municipais possuem maior interação. O oposto foi verificado nos planos nacionais. Nos planos de cultura se destacam os temas patrimônio, eventos, infraestrutura, capacitação, participação da comunidade e geração de renda. Já nos planos de turismo relacionada a tem maior frequência a iniciativa privada, os eventos, a infraestrutura e a divulgação de destinos. Assim, conclui-se que as estratégias para o turismo nacional têm direcionamentos econômicos e para a geração de renda, enquanto as políticas nacionais de cultura reforçam a preservação e a autenticidade.

Palabras clave: Turismo; Políticas Públicas; Cultura; Planos; Brasil.

ABSTRACT:

The objective of the research was to analyze the interaction between tourism and culture policies through a documental research in Brazil of the National Plans of Culture (2010-2020) and Tourism (2018-2022), the Plans of Culture (2017-2027) and Tourism (2016-2026) of the State of Paraná and the Municipal Plans of Culture (2015-2025) and Tourism (2015-2017) of the city of Curitiba. The results showed that municipal plans have more interaction. The opposite has been verified in the national plans. In the culture plans, the themes of heritage, events, infrastructure, capacity building, community participation and income generation stand out. In the tourism-related plans, the private sector, events, infrastructure and the dissemination of destinations are more frequent. Thus, it is concluded that strategies for national tourism have economic and income-generating directions, while national policies of culture reinforce preservation and authenticity.

Keywords: Tourism; Public policy; Culture; Plans; Brazil.

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO/ HOW TO CITE THIS ARTICLE

Tomson de Abreu, M.; Augusto Gomes, B.M.; Giannini, N.; Rocío de Souza, S. (2019). Políticas Públicas de Turismo e de Cultura no Brasil: uma análise comparada de planos das esferas nacional, estadual e municipal. *Rotur. Revista de Ocio y Turismo*, 13(2): 57-67. <https://doi.org/10.17979/rotur.2019.13.2.5446>

I. INTRODUCCIÓN

Turismo e cultura têm uma relação intrínseca visto que os produtos culturais são um recurso relevante para muitos destinos. Essa interação se reflete também no setor público, sendo comum encontrar as duas áreas unidas em um mesmo órgão como em secretarias estaduais e municipais. Nesse sentido, a interação entre os dois setores desde a formulação das políticas públicas tem o potencial para beneficiar ambos, ou seja, o turismo potencializa o uso dos espaços culturais e a cultura pode ampliar o leque de formas do turismo e de atrativos, além de agregar conhecimento à experiência turística.

No Brasil, país ibero-americano com o maior número de museus, possuindo aproximadamente 3800 (três mil e oitocentas) instituições museológicas, em sua maioria públicas (RMI, 2019), há evidências de uma preocupação do Estado em relacionar cultura e turismo. A Lei Geral de Turismo nº 11.771 / 2008 e a Lei Plano e do Sistema Nacional de Cultura, nº 12.343 / 2010, discorrem sobre diretrizes gerais para os dois setores separadamente e em alguns trechos tratam da importância de articulação entre as políticas públicas de ambos. Essas leis, que influenciam as normas jurídicas elaborados pelas demais unidades da federação, citam o turismo e a cultura repetidamente, com destaque para o tema do desenvolvimento sustentável na gestão cultural e turística.

Diante dessa interação já presente nas normas do poder legislativo e considerando que as políticas públicas dessas áreas carecem também de uma interação no poder executivo, surge a seguinte indagação: como é a interação entre turismo e cultura nos documentos que estabelecem as diretrizes para a ação do poder executivo nessas áreas?

Com o intuito de responder essa indagação esse artigo teve como objetivo analisar a interação entre as políticas públicas de turismo e cultura nas esferas nacional, estadual e municipal.

Para tanto foram analisados: o Plano Nacional de Cultura 2010-2020, o Plano Estadual de Cultural do Paraná 2017-2027, o Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025, o Plano Nacional de Turismo 2018-2022, o Plano Paraná Turístico 2016-2026 e o Plano Municipal de Turismo de Curitiba 2015-2017.

Conforme exposto nas seções seguintes, foi elaborado um referencial teórico abordando os temas políticas públicas (com ênfase na formulação e nos instrumentos) e a ação pública nas áreas de turismo e cultura e turismo cultural. Em seguida foram expostos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. E na última parte são apresentados os resultados e as conclusões.

II. ANTECEDENTES

Kauchakje (2013) e Anderson (2011) definem políticas públicas como a ação ou inação intencional (quando se conhece o problema, mas nenhuma atitude é tomada) realizada por um agente ou grupo de agentes do setor público frente a uma determinada situação problemática. Este processo de desenvolvimento da política pública passa por momentos de conflitos, negociações e interesses pessoais ou coletivos.

As políticas públicas, para fins de análise, são consideradas como um ciclo composto pelas seguintes etapas: agenda; formulação; implementação e avaliação dos resultados. Harguindéguy (2013) expõe que após um longo processo de politização a lista de assuntos que aterrissam entre os tomadores de decisão é denominada agenda. A formulação consiste na seleção e a especificação das alternativas mais adequadas para responder aos problemas selecionados como prioridade. Goodin et al. (2009) enfatizam que no mercado político há uma competição por ideias e políticas públicas, sendo os resultados dependentes da capacidade de influência. Três tipos de instrumentos são inerentes à formulação das políticas públicas – os planos, os programas e os projetos.

Após a formulação, a fase seguinte do ciclo de políticas públicas é a implementação que consiste no conjunto de ações realizadas para alcançar os objetivos da política escolhida. Para Saravia (2006), essa etapa é a que dá sentido às fases anteriores e posteriores, pois é nela que a política é efetivamente realizada. Por último, a etapa da avaliação, é caracterizada pela mensuração e análise dos efeitos produzidos na sociedade, considerando o que foi previsto e o que não foi previsto, as correções necessárias, e como essas informações podem auxiliar na construção de políticas futuras (Saravia, 2006).

Dentre as etapas citadas, é na agenda e formulação que se tem um dos principais instrumentos das políticas públicas, que são os planos. Velasco González (2009) expõe que os planos surgem a partir da análise da situação atual, do diagnóstico de problemas e potencialidades, da construção dos objetivos e do desenho das linhas de ação. Contudo, a autora alerta que não há "tomador de decisão racional" com capacidade de analisar a realidade e construir propostas de ação perfeitas.

Dessa forma, turismo e cultura, enquanto áreas de atuação do setor público, têm uma relação intrínseca ao se considerar os fluxos turísticos, como exposto pela "Carta Internacional sobre o Turismo Cultural", publicada no México, em 1999, pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, vinculado às Nações Unidas). Neste documento foi estabelecido que o objetivo da gestão do patrimônio cultural

consiste em dar a conhecer, às comunidades de acolhimento e aos visitantes, o seu significado e a justificar a necessidade da sua preservação. Uma gestão objetiva e equilibrada que proporcione o acesso intelectual e emocional ao património, bem como ao desenvolvimento cultural, constitui ao mesmo tempo um direito e um privilégio (Icomos, 1999:1).

Assim, o turismo em sua vertente cultural se pauta no patrimônio cultural. Esse, de acordo com Silva (2000), parte essencialmente de uma escolha consciente do que é a cultura a ser preservada para o futuro, decisão essa tomada pelo grupo ao qual essa história pertence. Além da utilização de patrimônios materiais, o turismo tem como atrativos os eventos, que estão vinculados ao patrimônio imaterial. Segundo Ballart (1997) o patrimônio imaterial engloba o intangível, encontrado na gastronomia tradicional, no artesanato local, na utilização de decoração e ambientação dos equipamentos, nas programações de entretenimento com manifestações culturais autênticas. Por isso o elemento mais essencial ao turismo cultural pode ser considerado a comunidade local, devendo a atividade “incorporar e dignificar a existência do grupo construtor da história que se quer conhecer” (Meneses, 2007: 32).

Virginio (2010) destaca as políticas que envolvem cultura e turismo, bem como da análise destas, com vistas à melhoria das condições de vida das comunidades locais. Neves (2019) observa que a elaboração de políticas que envolvam turismo, cultura e a organização econômica de uma sociedade local devem se pautar no protagonismo dessa.

Nesse processo Salazar (2012) e Smith (2009) alertam para o risco da identidade comunitária ao ser definida como objeto do turismo, ser congelada (fossilizada – como se ela não sofresse alterações com o tempo, inclusive por meio da interação com os turistas) e comercializada em um “zoológico cultural”, ou seja, sem a participação ativa da comunidade. Offeh e Hannam (2016) ilustram o risco ao qual o turismo cultural está relacionado por meio do caso dos artesãos de Gana que foram estimulados pelo governo e por organizações internacionais a produzirem *souvenirs*, priorizando a quantidade e não a qualidade. Portanto, o turismo cultural não é fenômeno homogêneo; ele possui formas e impactos variados, principalmente quando se trata de comunidades tradicionais (Smith, 2009).

Por outro lado, o turismo relacionado à cultura também pode trazer benefícios econômicos e orgulho de sua etnia para a comunidade (Smith, 2009). Mas para tanto é importante que o setor público disponha de uma infraestrutura que permita a roteirização (organizar rotas temáticas em regiões específicas e assim distribuir público no espaço), a definição do perfil do público, a utilização da internet como canal fundamental de promoção, a interpretação (utilizando o guia como facilitador do contato cultural entre comunidade e turistas), o estímulo à cooperação entre museus e os outros serviços de turismo e o empoderamento da comunidade (Smith, 2009; Salazar, 2012; Li, 2019).

Como expõe Nitsche (2013:713), “é necessário conhecer a constituição de uma comunidade como grupo cultural e as suas relações com o lugar para indicar caminhos pelos quais o turismo poderia ter o protagonismo dos moradores”. Logo, valorização de um recurso patrimonial para o desenvolvimento do turismo é responsabilidade do setor público, mas compartilhando a criação, a gestão e o monitoramento dos impactos com os cidadãos, vinculados ou não com a atividade turística (DeCarli, 2008; Muñoz, Marín & Marín, 2018).

Apesar da relação entre turismo e cultura, há dificuldades de interação entre suas políticas gerando perda de oportunidades para proporcionar experiências de qualidade aos visitantes, além de falhas na administração desses recursos raros e frágeis (Mckercher & Du Cros, 2012). Por isso, no próximo capítulo serão expostos os procedimentos metodológicos que apresentarão como as informações sobre a interação dessas políticas foram coletadas e analisadas de forma a proporcionar os resultados e as conclusões acerca desse tema.

III. METODOLOGIA

A presente pesquisa é caracterizada como qualitativa investigando as menções às variáveis turismo e cultura nos planos dessas áreas e os detalhes vinculados às mesmas. O método adotado para a coleta de dados foi a pesquisa documental que segundo Laville & Dionne (1999) consiste em reunir documentos, transcrever seus conteúdos e ordena-los para selecionar as informações pertinentes.

Gil (1991) pontua que as três principais vantagens da pesquisa documental são: a fonte rica e estável de dados que são os documentos, principalmente por resistirem longos períodos; o baixo custo e a não exigência de contato com os sujeitos da pesquisa, considerando que dependendo do contexto o acesso e contato podem ser difíceis. Mas a pesquisa documental apresenta como ponto negativo a não-representatividade e a subjetividade dos documentos.

Para a presente pesquisa foi delimitada uma amostragem não probabilística por conveniência, selecionando-se os últimos planos de turismo e de cultura publicados pelo governo federal brasileiro, pelo estado do Paraná e pela sua capital, a cidade de Curitiba. A seleção da amostra se justifica pelo fato do Brasil ser o país ibero-americano com o maior número de museus, possuindo aproximadamente 3800 instituições museológicas, ou seja, um número maior que a soma dos museus existentes em Espanha, Portugal e Argentina juntos (RMI, 2019). No Brasil, o estado do Paraná, segundo seu governo, é um dos estados com a maior diversidade étnica do país, formado por alemães, poloneses, ucranianos, italianos, japoneses, negros, espanhóis, portugueses, índios, árabes e holandeses (Paraná, 2019). E sua capital, Curitiba, se destaca por ser a cidade em que as pessoas mais frequentam museus no Brasil (Curitiba, 2019).

Assim, foram investigados o Plano Nacional de Cultura 2010-2020, o Plano Estadual de Cultura do Paraná 2017-2027 e o Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025. Como amostragem de políticas públicas de turismo foram escolhidos os seguintes documentos: o Plano Nacional de Turismo 2018-2022, o Plano Estadual de Turismo 2016-2026 e o Plano Municipal de Turismo 2015-2017. Os planos foram selecionados considerando a importância desses instrumentos para a formatação de política. Todos foram obtidos online no portal oficial de cada esfera administrativa.

A coleta de dados se baseou na busca de termos específicos em todos os documentos. Nos planos de cultura, os termos buscados foram “turismo” e “turístico”, “turística” e nos planos de turismo foi procurada a palavra “cultura” (para assim ser possível encontrar também suas derivações “cultural”, “culturais”). A partir dessa coleta foi realizada uma análise de conteúdo, que Bardin (1977: 42) define como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a

inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Para tanto primeiramente contabilizou-se a frequência dos termos citados nos documentos. Em seguida foi realizada uma análise qualitativa dos contextos em que essas palavras estão inseridas.

Finalmente na coleta de dados foi estabelecida uma relação entre as quantidades de páginas dos documentos e a quantidade de citações das variáveis em questão. Esses dados permitiram identificar a importância do turismo nos planos de cultura e da cultura nos planos de turismo. Assim, a quantidade de citações foi dividida pela quantidade de páginas. Por exemplo, um plano de turismo que hipoteticamente cita a palavra cultura 80 (oitenta) vezes e possui 40 (quarenta) páginas terá um indicador igual a 2(dois), ou seja, em média, a cada 1(uma) página o termo é citado 2(duas) vezes. Logo, quanto mais próximo ou maior que 1(um) maior a importância do tema no referido plano. Assim, no capítulo seguinte são apresentados os resultados obtidos a partir da análise de acordo com os procedimentos metodológicos expostos.

IV. ANÁLISIS DE RESULTADOS

O objetivo desta análise é compreender a interação entre os planos nacionais, estaduais e municipais de cultura e turismo. O Plano Nacional de Turismo 2018-2022 foi publicado no início de 2018 na página oficial do Ministério do Turismo, com o intuito de ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo (Brasil, 2015). Ao longo do Plano Nacional de Turismo os termos relacionados à cultura são citados majoritariamente em contextos econômicos, estabelecendo o Brasil como um importante destino de turismo cultural, enquanto as iniciativas apresentadas têm o objetivo de potencializar esses atrativos culturais de forma a aumentar o fluxo turístico internacional e doméstico.

O Plano Estadual de Turismo do Paraná 2016-2026 teve a participação do Conselho Paranaense de Turismo, colegiado formado por agentes públicos e instituições que representam os setores turísticos, com o objetivo de auxiliar na formulação, acompanhamento e na avaliação dos planos, programas, projetos e atividades derivados da Política Estadual de Turismo (Paraná, 2016). O Plano Estadual de Turismo do Paraná segue a Política de Turismo do Paraná (Lei nº 15.973/2008), que tem como prioridade orientar o desenvolvimento sustentável do turismo no estado. Considerando as citações do termo “cultura”, ele está presente já nos eixos estratégicos de atuação do plano. A valorização cultural está no mesmo patamar de importância e prioridade que a conservação ambiental, o desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida.

O Plano Municipal de Turismo de Curitiba 2015-2017 foi o último plano de turismo elaborado no município e teve como seu objetivo principal estabelecer diretrizes para a condução da atividade turística na cidade, de forma compartilhada, respeitando a competência de cada órgão e entidade para a qualificação como destino turístico de eventos e negócios e incremento ao turismo de lazer. A cultura é citada em poucos momentos, no primeiro deles como uma área de grandes potencialidades em Curitiba, em função do centro histórico e da integração que existe entre os atrativos naturais e culturais por meio da Linha Turismo. Esta integração é

considerada pelo documento um dos pontos mais fortes da cidade, que permitem uma visita contemplativa mesclando espaços culturais, estruturas de interatividade, serviços de alimentação e natureza. Os patrimônios materiais são citados com frequência, principalmente quando relacionados a pesquisas de diversidade de edifícios e às instituições e ações de proteção de monumentos históricos. O documento conta ainda com uma análise das linhas de produtos e roteiros turísticos da cidade, incluindo o turismo cultural.

O Plano Nacional de Cultura 2010-2020 baseia-se na Lei nº 12.343/2010 cuja finalidade é instituir o Plano Nacional de Cultura - PNC, criar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dar outras providências. Esse Plano apresenta já nas primeiras páginas a importância em fortalecer a relação entre a cultura e áreas como a educação, a comunicação social, o meio ambiente, o turismo, a ciência e tecnologia e o esporte. Os elaboradores do Plano Nacional argumentam que a cultura tem potencial para gerar dividendos, produzir lucro, emprego, renda e, principalmente, estimular a economia criativa e as produções culturais de todas as formas e expressões. Aliada a estas considerações está a meta de “aumento de 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros”, que busca posicionar o turismo cultural como parte essencial da atividade no Brasil. Dentro desta meta estão citadas propostas que discorrem sobre a valorização de culturas locais, e se relacionam com as estratégias de regionalização propostas pelo Ministério do Turismo.

O Plano Estadual de Cultura do Paraná 2017-2027 foi último publicado no estado do Paraná e foi elaborado no formato da Lei nº 19.135 de 28 de setembro de 2017. O documento foi elaborado por um grupo composto por membros do Conselho Estadual da Cultura e técnicos da Secretaria Estadual de Esporte e Cultura, que utilizaram as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura. Todavia, nele há poucas citações diretas ao turismo, como, por exemplo a meta de desenvolver metodologias de mensuração dos impactos do turismo na cultura, no contexto dos municípios brasileiros e das capitais, a mesma meta encontrada no Plano Nacional de Cultura 2010-2020. Outra proposta citada é promover o turismo cultural visando o reconhecimento, valorização e a profissionalização da atividade turística cultural como forma de gerar sustentabilidade. A proposta de fomentar a inclusão de pelo menos dois atrativos culturais nos 399 municípios estaduais é a consideração mais específica feita em relação a atividade turística e que foi encontrada em todo o documento.

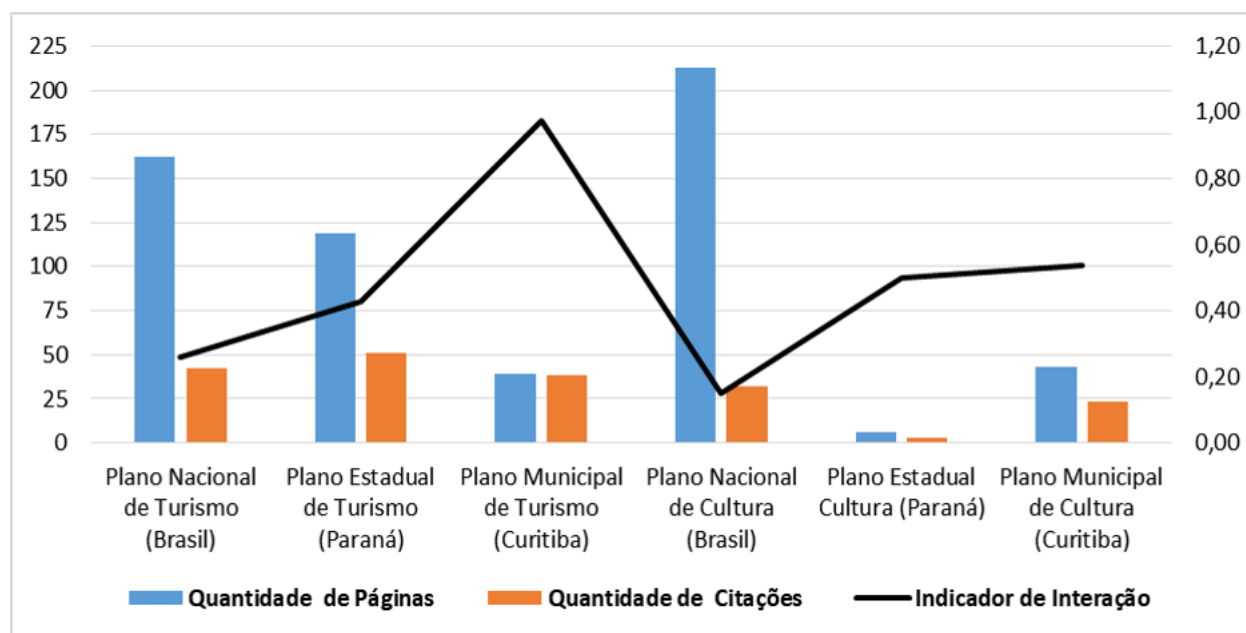
O Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025 foi elaborado e aprovado em 2015 na 5ª Conferência Municipal de Curitiba, o PMCC é constituído em formato de Lei, seguindo as principais diretrizes do Plano Nacional e Estadual de Cultura. As disposições preliminares do documento já contam com propostas de articulação entre turismo cultura. A fase do documento que mais discorre sobre o turismo é a “Estratégias e Ações”. Ela cita, por exemplo, a importância em promover o turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica. O foco é a valorização dos espaços locais, os patrimônios materiais e imateriais e o incentivo à de cultura sustentável. As propostas perpassam também a inserção de mais atrativos culturais nos produtos turísticos, de forma a valorizar a diversidade, o comércio justo e o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Para analisar como os documentos se relacionam, também foram buscadas nos planos de turismo as variáveis “cultura”, “culturais” e “cultural”, enquanto no planos de cultura foi realizada a identificação das variáveis “turismo”, “turístico(a)” e “turista”. Como explicitado na metodologia, foi considerada a relação entre a quantidade de páginas e citações que permitiu

identificar a importância da variável tendo em vista o quanto é discutida a no documento analisado.

O Gráfico 1 apresenta uma síntese das informações coletadas a respeito das variáveis turismo e cultura nos planos avaliados com essas variáveis e sua comparação em relação a quantidade de páginas, quantidade de citações e média de citações.

Gráfico 1: Indicador de Importância das Variáveis Turismo e Cultura nos Planos



Fonte: Os Autores

Para a análise dos planos de turismo, como demonstrado no Gráfico 1, a variável cultura foi citada 42 vezes no Plano Nacional, 51 vezes no Plano Estadual e 38 vezes no Plano Municipal. Conforme o cálculo da média de citações constatou-se que o Plano Municipal de Turismo de Curitiba é o que mais cita os termos relacionados à cultura, enquanto o Plano Nacional é o que mais se distancia das discussões sobre aspectos culturais.

Nos planos de cultura as variáveis relacionadas ao turismo foram citadas 32 vezes no Plano Nacional, 3 vezes no Plano Estadual e 23 vezes no Plano Municipal. Observando a linha que representa o indicador de interação, constata-se que o Plano Municipal de Cultura de Curitiba é o que mais cita os termos relacionados à atividade turística, enquanto o Plano Nacional de Cultura é o que menos considera o turismo em suas políticas.

Dessa forma, é possível identificar uma oscilação das variáveis nos planos principalmente entre uma esfera e outra, o que denota a importância não apenas das políticas de turismo e de cultura, mas também entre os entes federados ao tratarem destes temas.

V. CONCLUSIONES

A presente investigação teve o objetivo de analisar a interação entre as políticas públicas de turismo e cultura nas esferas nacional, estadual e municipal, analisando o Plano Nacional de Cultura 2010-2020, o Plano Estadual de Cultural do Paraná 2017-2027 e o Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025. Para a área de turismo foram utilizados o Plano Nacional de Turismo 2018-2022, o Plano Paraná Turístico 2016-2026 e o Plano Municipal de Turismo de Curitiba 2015-2017.

Os planos municipais de cultura e de turismo são os que apresentaram uma maior interação entre as respectivas áreas. O oposto foi verificado nos planos nacionais de cultura e de turismo. Foi constatado também que os planos de cultura citam o turismo de forma mais dispersa em comparação com os planos de turismo que citam com mais frequência a cultura. Nos planos de cultura se destacam os temas patrimônio, eventos, infraestrutura, capacitação, participação da comunidade e geração de renda. Já nos planos de turismo têm maior frequência a iniciativa privada, os eventos, a infraestrutura e a divulgação de destinos.

Em relação à elaboração dos documentos, a generalização é um fator encontrado com frequência ao longo das análises. Nos planos analisados, as estratégias em geral não são específicas, e propõem metas como “atrair investimentos para economia criativa”, “valorização da cultura local”, “preservação de patrimônios”, “geração de renda”. Ainda que os planos possam ser detalhados por meio de programas, a preocupação com um maior detalhamento é um facilitador para a implementação e a avaliação das políticas públicas de turismo e cultura.

Assim, conclui-se que apesar da ênfase dada pelo legislativo federal, no poder executivo há uma dificuldade entre os dois setores, principalmente na esfera federal, em definir metas em comum. As estratégias para o turismo têm direcionamentos econômicos e voltados para a geração de renda, enquanto as políticas nacionais de cultura reforçam objetivos de preservação e autenticidade.

Como limitação do estudo aponta-se a dificuldade em encontrar base teórica que aponte estratégias para unir a cultura e turismo na análise de políticas públicas. Analisá-los em diferentes escalas federais também é uma limitação já que cada espaço tem sua particularidade e necessidade. Contudo, essa dificuldade evidencia um vasto campo de pesquisa, principalmente ao se considerar que cultura e turismo são atividades fenômenos fecundos no Brasil.

Por isso investigações futuras podem utilizar indicadores que permitam medir a interação entre essas políticas, como a oferta cultural nos planos e a dotação de recursos para a implantação das mesmas. Assim, almeja-se que pesquisas com esse enfoque estimulem os formuladores de políticas públicas a promoverem a interação entre essas áreas com vistas ao progresso de um turismo cultural, proporcionando lazer e educação para os turistas, mas observando o cuidado com o patrimônio cultural e a participação da sociedade na distribuição da renda e na formulação, implementação e avaliação das políticas a ela direcionadas.

VI. BIBLIOGRAFÍA

- Anderson, J. E. (2011): “*Public Policy making*. Boston”: Wadsworth, Cenagage Learning.
- Ballart, J. (1997): “*El Patrimonio Histórico y Arqueológico*”: valor y uso. Barcelona: Editora Ariel.
- Bardin, L. (1977): “*Análise de Conteúdo*”. Lisboa: Edições 70.
- Brasil (2018): Ministério do Turismo. “*Plano Nacional de Turismo*”. Recuperado em 09 de agosto de 2018, de <http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>.
- Brasil (2018): Ministério da Cultura. “*Plano Nacional de Cultura (PNC)*.” Recuperado em 10 de agosto de 2018, de <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->.
- Curitiba (2018): “*Planos municipal e setoriais de cultura*”. Recuperado em 10 de agosto de 2018, de <http://www.fundacaoculturaldecureitiba.com.br/institucional/planosmunicipal-e-setoriais-de-cultura/>.
- Curitiba (2018): “*Plano Municipal de Turismo. 2015*”. Recuperado em 9 setembro de 2018, de <http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/plano-municipal-deturismo/1768>.
- Curitiba (2019): “*Pesquisa aponta que curitibanos são os que mais frequentam museus*”. Recuperado em 24 de junho de 2019, de <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/pesquisa-aponta-que-curitibanos-sao-os-que-mais-frequentam-museus/47364>
- DeCarli, G. (2008): “Innovación en Museos: museo y comunidad en la oferta al turismo cultural”. *Revista de Ocio y Turismo - ROTUR*, 1, 87-101.
- Gil, A. C. (1991): “*Como elaborar projetos de pesquisa*”. São Paulo: Editora Atlas.
- Goodin, R. E., Rein, M., & Moran, M. (2009): “*Overview of Public Policy: The Public and Its Policies*”. En: Goodin, R. E. (coord.). *The Oxford Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press.
- Harguindéguy, J. B. (2013): “*Análisis de Políticas Públicas*”. Madrid: Tecnos.
- Icomos. (1999): Conselho Internacional de Monumento e Sítios. “*Carta Internacional de Turismo Cultural*”. Cidade do México. Recuperado em 15 de maio de 2018, de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreiturismocultural1999.pdf>
- Kauchakje, S. (2013): “Instituições e Cultura: difusão e modelagem internacional da política pública brasileira de combate à pobreza”. *Ciências Sociais Unisinos*, 49(2), 135-144.
- Laville, C. & Dionne, J. (1999): “*A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*”. Porto Alegre: Artmed.
- Li, Y. (2019): “Los museos españoles: ¿Son o no un incentivo cultural para los turistas chinos?” *Revista de Ocio y Turismo - ROTUR*, 13(1), 71-80.
- Meneses, J. N. C. (2007): “*História e Turismo Cultural*”. São Paulo: Editora Autêntica.
- Mckercher, B & Ducros, H. (2012): “*Cultural Tourism: The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management*”. 2. ed. New York: Routledge.

- Muñoz, D.M., Marín, R.G. & Marín, C.E. (2018): “Identidad patrimonial e implicación local en el desarrollo turístico de Lorca (Región de Murcia, España)”. *Revista de Ocio y Turismo - ROTUR*, 12(2), 16-29.
- Neves, S.C. (2019): “*Aspectos Culturais do Turismo*”. En: Gomes, B.M.A. & Bahl, M. (coord.) *Turismo e Sociedade: aspectos teóricos*. São Paulo: All Print.
- Nitsche, L. B. (2013): “Por um turismo para as comunidades locais”. *Turismo e Sociedade*, 6(3), 713-717.
- Offeh, F. & Hannam, K. (2016): “*Enacting Neoliberal Discourses through Heritage Tourism*”. En: Mosedale, J. (coord.) *Neoliberalism and the Political Economy*. Oxon: Routledge, 2016.
- Paraná (2018): “*Plano de Turismo do Estado do Paraná*”. Recuperado em 11 de agosto de 2018, de <http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=884>.
- Paraná (2018): “*Plano Estadual de Cultura - PEC/PR*”. Recuperado em 11 de agosto de 2018, de <http://www.cultura.pr.gov.br/pagina-1224.html>.
- Paraná. (2019): “*Etnias*”. Recuperado em 25 de junho de 2019, de <http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=452>
- RMI (Registo de Museus Ibero-americanos) (2019): “*Museus em Números*”. Recuperado em 24 de junho de 2019, de <http://www.rmiberoamericanos.org/Home/Recursos>
- Salazar, N.B. (2012): “Community-based cultural tourism: issues, threats and opportunities”. *Journal of Sustainable Tourism*, 20(1).
- Saravia, E. (2006): “O conceito de política pública”. In: Saravia, E. & Ferrarezi E. *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP.
- Silva, E. P. (2000): “Patrimônio e Identidade: os desafios do turismo cultural”. *Antropológicas*, 4, 218-224.
- Smith, M.K. (2009): “*Issues in Cultural Tourism Studies*”. Oxon: Routledge, 2009.
- Velasco González, M. (2009): “Gestión turística del patrimonio cultural: enfoques para un desarrollo sostenible del turismo cultural”. *Cuadernos de Turismo*, 23, 237-253.
- Virginio, D.F. (2010): “Turismo e Cultura: um estudo sobre o Programa de Qualificação de Museus para o Turismo”. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, 4(1), 65-83